

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSAO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETARIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETARIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETARIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETARIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSAO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSAO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Fuad Nachi  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSAO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nachi; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nachi; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSAO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nachi; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSAO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSAO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSAO DE POLICIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSAO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSAO DE REDACAO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSAO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO N. 230-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a necessidade de dar continuidade aos estudos para a reformulação da estrutura administrativa de sua Secretaria, com o objetivo de melhor adaptá-la às exigências atuais de serviço,

R E S O L V E:

revogar os Decretos Legislativos ns. 93-71 e 195-71, respectivamente de 4 de março de 1.971 e 2 de abril de 1.971, designando, em substituição, Comissão Especial composta pelo Assistente Técnico Rubens Padilha Mendes; como Presidente, e membros, Advogado nível 30 Evêrben Guimarães Plaisant; Advogado nível 28 Aimoré Od Rocha; e como Secretário Executivo Elói Mezzadri, Redator nível 26, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo; para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder aos estudos que se fizerem necessários e propor as medidas convenientes, no sentido de dar nova estrutura administrativa à Secretaria da Assembléia, reorganizar seus serviços, definir atribuições e estabelecer normas gerais para o funcionamento dos órgãos que a integram.

Palácio "Dezembrô de Dezembro", em 16 de maio de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 46.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 16 de Maio de 1.972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumort, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger e Sebastião Rodrigues (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 30-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 100-71, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, acresce do Artigo que especifica, à Lei n. 5.611, de 9 de agosto de 1.967. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 31-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 47.ª Sessão Ordinária

Realizada em 16 de Maio de 1.972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumort, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger e Sebastião Rodrigues (6).

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 224-71.

— De autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei ns. 201-71 e 25-72.

— De autoria do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 9-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer à Mesa, ouvido o Plenário, a Constituição de uma Comissão composta de 3 (três) Senhores Deputados, a fim de dirigirem-se à Delegacia Regional da Sunab, com o objetivo de obter esclarecimentos e informações sobre assunto pertinente às cotas de exportação de carne deste Estado, face a relevância do problema que afeta a nossa economia.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) Pin'ô Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando a adoção de providências necessárias no sentido de ser regulamentada, com a máxima urgência, a carreira de Orientador Educacional, do Quadro Próprio do Magistério Estadual.

Dentre as funções ligadas ao Ensino, a de Orientador Educacional, pelo trabalho que deve executar e importância no desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional, ressalta-se, sobremaneira. Essa importância atinge elevado grau no momento atual da vida educacional do País e do Estado, em razão da transformação que está a sofrer o nosso sistema Escolar. Nada mais justo, portanto, que o Poder Executivo volte a sua atenção para essa categoria funcional que, aliás, através de expediente protocolado na S.E.C., sob o n. 00703-1, de 10-2-72, da Associação Paranaense de Orientadores Educacionais (cópia aneja), já expos as suas reais e fundadas pretensões.

Requer-se, outrossim, seja do presente dado conhecimento à Associação Paranaense de Orientadores Educacionais.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o plenário,

Considerando

1) — A inexistência de um programa que importe em grandes obras estruturais em nosso Estado, nos últimos dois anos;

2) — A crescente arrecadação tributária do Estado, fato confirmado pelo Exmo Sr. Governador do Estado, em sua Mensagem lida neste Plenário por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos;

3) — As dificuldades encontradas, apesar disso, pelo Governo, para conceder reajuste de vencimentos ao funcionalismo público estadual, na mesma base da efetuada pela União e demais Unidades Federativas;

4) — O vencimento dos contratos de financiamentos obtidos no exterior para a compra da Companhia Telefônica e construção da Estrada de Ferro Central do Paraná;

Requer a Vossa Excelência que, de acordo com os termos constitucionais, convoque o Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Schulmann, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda para comparecer a este Plenário, em data a mais próxima possível, para explicar o comportamento da receita e despesa do Estado, o montante da dívida externa do Paraná, o crescimento econômico, as despesas com o funcionalismo público, o plano de obras e demais informações que possam melhor esclarecer a situação econômica-financeira do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial de Deputados, para apurar responsabilidades no desaparecimento das Mensagens Governamentais, conforme denúncia do Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur, Líder do Governo e Arena, na reunião Plenária de ontem, dia 15. 30 dias de prazo.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) Fuad Nacii

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Considerando

a) — o elevado número de abstenção verificado nas últimas eleições diretas por parte de eleitores de todo o País, fato não registrado na história político-administrativa do Brasil;

b) — o tradicionalmente brasileiro, seja em sua história ou em episódios políticos, que faz arraigar-se às instituições já sedimentadas em seu meio;

c) — a aversão tradicional a novas instituições que, em última análise, representam a mesma coisa que as anteriores;

d) — o fato de ainda hoje, no interior, a luta política se travar em torno das antigas siglas;

Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, no sentido de que, quando da reforma da Lei Orgânica



dos Partidos políticos, que se anuncia em jornais do Rio e São Paulo, para os próximos meses, se restabeleça os antigos partidos políticos, ou sejam, o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro, a fim de que todas as ideologias constantes das camadas populares sejam efetivamente representadas nos Legislativos brasileiros.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) **Domicio Scaramella**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer, sejam enviados ofícios aos Senhores, Professor Roberto Linhares da Costa, digno Secretário de Estados dos Negócios da Educação e Cultura e Professor Guido Arzuza, Presidente do Conselho Estadual de Educação, no sentido de que seja autorizado e implantado no Município de Cascavel, o "EXOME SUPLETIVO" (antigo art. 99), através da banca examinadora designada pelos órgãos competentes do setor educacional do Estado do Paraná, no corrente exercício de 1972.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) **Odilon Reinhardt**

#### JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação é motivada especialmente pela sede de cultura do povo desta região, que nos tem feito veementemente apelos no sentido da real necessidade de implantação do referido exame, para a obtenção de certificados que possibilitem aos mesmos o seu acesso a níveis culturais mais elevados.

Como é de conhecimento de todos, a região oeste de nosso Estado é uma das mais progressistas e em consequência uma das principais colaboradoras do desenvolvimento do nosso Paraná, que incentiva este progresso através de seus mais variados setores de produção.

Considerando o grande número de interessados nesta modalidade de exame, bem como o alto índice de estudantes dos Municípios circunvizinhos, que não possuem em suas cidades cursos de grau superior ao primário e, por não reunirem condições financeiras que possibilitem seu deslocamento para centros maiores, dada a dificuldade motivada pela distância, e ainda pelo fato de muitos serem responsáveis pela sua própria manutenção, trabalhando tanto no campo, como em outras atividades, e que encontramos base para tal solicitação. Solicitação esta a qual tenho plena certeza, as autoridades darão seu compreensivo apoio, determinando desta forma a implantação a partir do mês de novembro próximo vindouro, através de banca examinadora a ser designada, atendendo desta forma a lida e justa reivindicação da população do oeste paranaense e principalmente do Município de Cascavel.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência abono de faltas às sessões Plenárias dos dias 8, 9, 10 e 11 do corrente, quando, representando este Poder, esteve participando das solenidades alusivas ao "Jubileu de Prata de Maringá".

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) **Alvaro Dias**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, abono das faltas dos dias 2, 8, 11, próximos passados, em virtude de estar enfermo e impossibilitado de comparecer às reuniões Plenárias.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) **Xenofonte Villanueva**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista a repercussão negativa causada pelas manchetes dos jornais que trataram dos acontecimentos nesta Casa, no dia de ontem, com o desaparecimento de Mensagens do Governo sem mesmo terem sido protocoladas, e em cumprimento ao que pronunciamos, ontem, nesta Tribuna, aqui comparecemos, neste instante, apenas para solicitar duas informações de V. Exa., Sr. Presidente.

A primeira: quais as providências que a Presidência da Casa, a Mesa Executiva, tomou no sentido de localizar as referidas Mensagens. Se o Presidente efetivo da Casa pronunciou-se a respeito e se as Mensagens foram localizadas. Aguardarei o pronunciamento de V. Exa. logo que deixe a Tribuna.

Mas, aproveitaria, Sr. Presidente esta oportunidade para me referir a outra Mensagem Governamental, Mensagem que causou celeuma, que trouxe opiniões contraditórias, que provocou discussões calorosas neste Poder. A Mensagem que trata do abono ao funcionalismo público estadual.

Reporto-me ao assunto não para protestar, mais uma vez, contra a mesquinhez do abono que pretende conceder o Governo aos funcionários de nosso Estado, reporto-me ao assunto, isto sim, para dizer a V. Exa. e aos demais Companheiros que entendo também ser a tramitação desta Mensagem excessivamente morosa e que vem apenas prejudicar, ainda mais, a classe do funcionalismo, porque já estamos no dia 16 de maio, a Mensagem foi enviada no início deste ano legislativo, no início de abril. Portanto, o retardamento de sua apreciação, de sua votação com aprovação ou rejeição, só traz prejuízo à classe dos funcionários, porque é quase certo que nas folhas de pagamento do mês de maio não se consignará nem mesmo o abono de 12%, porque já ultrapassamos a metade do mês.

Apresentaria, hoje, um Requerimento, solicitando preferência e urgência para votação da matéria, no entanto fui informado de que já na sexta-feira, Requerimento nesse sentido foi apresentado.

Mais um motivo para estranharmos novamente: se Requerimento solicitando urgência foi apresentado na sexta-feira, pelo menos no dia de hoje a matéria já devia estar em pauta para discussão e votação.

Por isso, solicito a V. Exa. duas informações: a primeira, em relação às Mensagens desaparecidas, quando peço o pronunciamento de V. Exa. e a segunda em relação à Mensagem que concede o abono, mesquinho é verdade, de 12%, mas que deve ser votada com urgência, para acabar de uma vez por todas com esse drama que envolve o funcionalismo público do Estado.

Solicitaria a informação de V. Exa., se realmente foi apresentado Requerimento solicitando urgência e preferência para a Mensagem que concede abono de 12%. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai verificar e responderá oportunamente. Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda ontem, no Pequeno Expediente, ocupamos esta Tribuna nos resguardando o direito para o Grande Expediente de hoje.

Ontem, não houve tempo suficiente para nosso pronunciamento. Mas, como já é do conhecimento da Casa, durante os poucos minutos em que usamos da palavra no Pequeno Expediente, fizemos a leitura de expediente que havíamos recebido da Prefeitura e da Câmara Municipal de Cêro Azul, reclamando aquelas autoridades providências urgentes na reconstrução de um ponte existente naquele Município, que liga a sede aos seus dois Distritos principais.

A preocupação é generalizada, porque a queda da ponte está iminente e, diga-se de passagem, que essa ponte foi construída ainda no tempo do Império e tem, inclusive, seu valor estético. Várias vezes estivemos em contato com S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes e reiteradas promessas de reparos nesta ponte nos foram feitas. Algumas vezes fomos acompanhados apenas de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal e outras vezes, com a maioria da Câmara de Vereadores. Eis que o prazo marcado por S. Exa., para as providências que reclamávamos urgentes, e continuamos sendo urgentes, decorreu e providência nenhuma foi tomada pelo titular daquela Pasta.

Algumas vezes falamos também com o Líder de nossa Bancada e queríamos ressaltar aqui o excesso de preocupações, o acúmulo de trabalho, o zelo com que o Líder de nossa Bancada vem atendendo aos seus liderados.

Tenho a impressão até, que o próprio Líder tenha também levado este problema, ou se não levou ainda, a Sua Excelência, que Sua Excelência o fará.

Mas, como dissemos, a nossa presença nesta Tribuna ao encaminhar-mos aquele requerimento que fora aprovado na Sessão turbulenta de ontem por razões outras que, quem sabe iremos discutir ainda, é porque queremos deixar registrado aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como dissemos, que nós pertencemos de fato ao Partido majoritário, que nós seguimos disciplinadamente a orientação que nos dá o Líder, que a todo o instante impõe a sua liderança, a sua autoridade, e que nos merece todo o respeito; mas este caso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não foi possível ser feito por vias normais, através de entendimentos diretos, pelos motivos que já aqui expusimos. Então hoje estamos aqui na Tribuna para deixar registrado o nosso apelo, para que Sua Excelência compenetre-se da sua responsabilidade, para que Sua Excelência não fique com a tecnologia na cabeça, para que Sua Excelência compreenda que, paralelamente à técnica, há necessidade de trabalho, para que Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes entenda que nós estamos prestes a pleito eleitoral, que daqui a pouco seremos debitados porque perdemos, para o Partido da Oposição, a eleição naquele Município cuja responsabilidade política é nossa.

Ainda ontem eu recebi do Secretário da ARENA, credenciais para a formação de Diretório em Iporã, onde não obtivemos quorum na vez passada; Sua Excelência o Sr. Deputado Borsari Neto, zeloso e eficiente como é, mostrava a sua preocupação na urgência daquela providência. Há dias passados tramitava também por esta Casa, Requerimento de nossa autoria pedindo para que fossem enviadas para aquele Município, carteiras, e eu instrumentei este processo com várias fotografias, de várias salas de aula construídas pelo Prefeito, pelo Governo e Prefeito, em convênio, cujos alunos se encontram sentados no chão; às vezes, quando o padre local está de boa vontade, ele retira os bancos da igreja e manda-os à escola, posteriormente voltam à igreja.

Então, eu quero que os Srs. sintam a responsabilidade que tem o Deputado nestes momentos, quando o pleito se avizinha.

Ainda hoje está em Curitiba o Prefeito de Iporã.

O apelo, no entanto, é no sentido de que se mobilizem aquelas salas de aula, o apelo que Sua Excelência fará, e, tenho a impressão que Sua Excelência será atendido.

Mas o mais grave, o ponto crucial é o caso desta ponte sobre o Rio Videira, no Município de Cêro Azul; o Sr. Prefeito desanimado, sem esperanças; a Câmara, revoltada, havia nos mandado expediente, que achei um tanto quanto irreverente. Pedi que aquele expediente fosse substituído por um outro expediente mais suave, que fizesse reivindicações, em termos mais respeitosos, este segundo expediente, e, eu o anexe a um requerimento que ontem encaminhei a esta Casa.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Paulo Poli, inicialmente quero agradecer as referências feitas por V. Exa., à minha pessoa, porém, quero também discordar em parte, porque nada mais tenho feito do que cumprir com a minha obrigação. Como Deputado da ARENA, tenho levado muitos problemas a diversos Secretários de Estado. Esta é a minha obrigação, não só como Líder da ARENA mas também como Líder do Governo. Não sei porque muitos desses problemas têm ficado de lado, e lamento que problema de tanta importância, como este que V. Exa. levou ao Secretário dos Transportes, até hoje não tenha tido uma solução.

Quero na oportunidade me congratular com V. Exa., pelo interesse que demonstra nesse sentido, na representação daquele Município. Levarei ainda amanhã a Sua Excelência, renovando, pedido nesse sentido. Não só o pedido de V. Exa., como de outros Deputados, inclusive sobre um outro assunto, que se refere ao Deputado Fuad Nacli e que se arrasta por mais de 40 dias naquela Secretaria e se desta vez não tivermos pronunciamento daquelas autoridades, transmitiremos ao Secretário dos Transportes a atuação daquela Pasta tão importante do Estado. Fique certo que o Sr. Governador desconhece o que se está passando nas Secretarias. Assumo o compromisso de levar amanhã ao conhecimento do Sr. Secretário de Transportes, Sr. Ivo Domingues, esta comunicação tão importante.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado João Mansur, V. Exa. não me surpreende. Já conhecia o ponto de vista de V. Exa. e conhecia também e ficaram provadas agora as razões que levaram V. Exa. a acumular as lideranças do Governo e da Bancada. A energia e a autoridade, e também a seriedade com que V. Exa. aborda os assuntos, a ponto de, nobre Líder, sugerir uma medida que acho tão oportuna e necessária para valorização deste Poder, tem demonstrado que V. Exa. é Líder de fato e de direito e a quem nós todos reverenciamos neste instante.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. hoje traz a esta Casa assunto realmente palpitante porque também temos observado em todo o interior do Estado, a situação lamentável em que se encontram as rodovias. Para não nos estendermos a outros setores da administração pública estadual, há poucos dias, em Londrina, assistimos a uma reunião da qual participaram Prefeitos e Vereadores de vários Municípios do Estado, com a presença de representante do Secretário de Transportes e representante do Diretor do DER. Reivindicações vá-



rias foram feitas por Prefeitos e Vereadores com relação à principal rodovia do Estado do Paraná, a 369, que se encontra em péssimo estado de conservação. Os representantes do Governo na oportunidade, apenas anotaram e nada prometeram e não se cansaram de afirmar que o Estado não possui recursos para sanar as deficiências daquele setor e de outros setores. Alegar falta de recursos, nobre Deputado, é reconhecer falta de competência na condução dos negócios públicos porque este Estado está a recolher para seus cofres, verdadeiras fortunas. O Paraná é um Estado rico. Felizmente. A safra este ano foi das melhores, safra de soja, milho, cereal geral e do café. Não se podia alegar falta de recursos. Ainda se aplicam os recursos neste Estado se para nada existem recursos? No campo da educação V. Exa. citou também e muito bem os problemas de escolas sem carteiras, sem a mínima condição para que o aluno possa aproveitar realmente e aprender as lições dos mestres. Uma cidade como Londrina, centro de região, e que arrecada verdadeira fortuna, também está com escolas praticamente abandonadas pelo Estado, prédios caindo, sem carteiras, sendo obrigados a emprestar banquinhos de quermesse em igreja para que os seus alunos possam frequentar as aulas. Alunos que se amontoam na mesa do professor para fazer provas, porque para assistir aulas assistem sentados no chão, ou em cadeiras, utilizando outra cadeira de ponta-cabeça como carteira para se colocar em cima o livro e o caderno.

É lamentável que isto esteja ocorrendo no campo educacional neste Estado, quando o País pretende implantar definitivamente a reforma educacional. Quantas deficiências no setor de Educação. Pretende-se implantar a reforma e abandona-se aquele que deve executar esta reforma, que é o mestre. O Estado sugere convênios, como sugeriu o representante na reunião a que aludimos anteriormente, mas nestes convênios com o Município, conforme afirmou um Prefeito naquela oportunidade, o Estado apenas entra com a ideia e o Município entra com o resto. O Município entra com tudo.

Porisso, nobre Deputado, eu o cumprimento, porque apesar de ser do Partido da situação, traz a esta Tribuna uma denúncia do desleixo administrativo.

Nós não sabemos a quem imputar a responsabilidade. Se ao Chefe do Executivo, que adoeitado não possui condições de realmente conduzir os negócios neste Estado, ou se a seu Secretariado, que preso ao tecnicismo mostra uma ineficiência lamentável, fazendo com que o Estado, administrativamente, permaneça parado. Obrigado.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, V. Exa. excessivamente brilhante, quem sabe teria exagerado, claro, capacidade V. Exa. tem, ao elogiar o pronunciamento que fazemos. Nós nos atemos e nisto não recuamos, a fazer denúncias em áreas que nós conhecemos, sobre problemas que nós sabemos de fácil solução.

Tomamos, como dissemos e repetimos, as medidas cautelosas e prudentes que são aconselhadas aos Deputados que compõem uma equipe, um Partido que apoia o governo. E se aqui viemos, é porque tudo isto não adiantou. É porque fomos pressionados, como dissemos, por pessoas com as quais nós temos responsabilidade.

Nós somos nada mais nada menos, do que porta-vozes do povo que representamos. Se a Câmara de Cêro Azul e o Prefeito Municipal, depois de reiterados apelos, nos fazem conhecer a gravidade do problema, estivemos duas vezes, "in loco", verificando a gravidade e a delicadeza da situação. Então nós nos obrigamos a vir a esta Tribuna. No entanto, nobre Deputado, eu não debitaria ainda a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, um erro de responsabilidade, mas uma palavra V. Exa. pronunciou bem. É este tecnicismo que aí está, colocando, invertendo as coisas, colocando a política a serviço da técnica, quando o certo seria a técnica a serviço da política.

Porque os políticos que têm a responsabilidade do cargo, os políticos que têm a responsabilidade pela manutenção da ordem e do regime, os políticos que têm a sensibilidade suficiente de saber os pontos delicados, estes também são técnicos e grandes técnicos, nobre Deputado, nesta matéria tão complexa, tão delicada, que é a ciência política.

Portanto, os outros técnicos que não têm a sensibilidade política, que apenas se atém à frieza dos números e que apenas pretendem fazer a sua média, a sua promoção, baseadas em balanços, com resultados financeiros às vezes suaves, junto ao Chefe do Executivo, e às vezes, sem querer, presos à sua própria técnica estão enterrando um governo que aí está, um homem bem intencionado, um homem com um gabarito moral a toda a prova e que todos conhecem; um homem de um passado limpo. Mas que, infelizmente, em parte eu concordo com V. Exa., a sua equipe está falhando, os técnicos indicados por S. Exa. estão falhando.

Assim é, Deputado, para discutir este tópico, voltando ao Município de Iporã. citarei outro fato. Há tempos passados, eu procurava o maior técnico de Curitiba, entre aspas, o Senhor Diretor do Trânsito, Sr. Marcos Prado. Levei a S. Exa. o conhecimento da necessidade de que se credenciassem em determinados municípios do Paraná, alguns despachantes, porque segundo a lei, ou portaria, orientação dele próprio, conforme o número de veículos existentes, em cada Município, necessário se fazia a credenciação de mais um despachante. Respondeu-me S. Exa. que estava lá, prestando um favor ao Governo, como técnico e que não atendia a pedidos políticos. E a mim, só restou-me baixar a cabeça e sair do Gabinete de S. Exa., onde nunca mais voltei e não pretendo voltar, enquanto S. Exa. lá estiver. E daí o caso é sério. Eu cheguei em Iporã, exatamente para onde eu pedia a credenciação de um despachante e lá encontrei um cidadão credenciado pelo Sr. Marcos Prado, como despachante. Perguntei ao cidadão quem teria sido o santo milagroso, seu padrinho que conseguira do técnico Diretor do Trânsito, aquela credenciação. S. Sa. me disse que foi nada mais e nada menos, que um dos Diretores do Bamerindus, que havia intercedido e pedido ao Sr. Marcos Prado aquela credenciação. Eu fiquei estupefocado; porque isto é o fim da picada. só me restou chamar o Prefeito e o Delegado e impedir que o cidadão trabalhasse. Falei, V. Sa. não vai trabalhar aqui, porque nós não vamos deixar. Porque não admito que este técnico esteja falando desta forma. E o cidadão não voltou, mas eu assumi a responsabilidade na Delegacia, na Prefeitura e estou dizendo desta Tribuna que não forneceram certidão nenhuma, e não estava, portanto, credenciado dentro da ordem, da disciplina e da orientação imprimida pelo Diretor do Detran. Como vê, Deputado Álvaro Dias, este tecnicismo não está dando bons resultados. As eleições, que não sei se virão, — e daí a preocupação, porque ainda estes dias encaminhei da Tribuna, o pronunciamento do Sr. Governador de Santa Catarina, Sr. Colombo Sales, que em parte estava coerente com minha tese, digo em parte, porque não estava de acordo com o Estado do Iguazu. Estava de acordo com a marcação de novas eleições no Estado de São Paulo. Requeri e foi aprovado na Sessão de ontem, talvez os Senhores Deputados não tivessem a oportunidade de ouvir a leitura deste documento, porque como disse, foi uma Sessão turbulenta, por razões que eu acho justas. Mas, veja que o Governador de Santa Catarina já está preocupado e é Governador da ARENA, porque lá também o tecnicismo está imperando; a técnica a favor da política. A política prestando serviços a técnicas e invertendo os papéis. Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu protesto, a minha revolta.

É muito melhor que nós homens da ARENA conversemos com franqueza, de cabeça erguida, façamos nossas reivindicações justas, ocupemos esta Tribuna para defesa das autoridades quando assim elas merecem mas, porque não? Sr. Presidente e meus nobres pares, sendo infrutíferas as nossas lutas, quando estamos vendo nosso desprestígio sair às ruas, porque não devemos ocupar a Tribuna e reivindicar e exigir o que temos direito? Este protesto é construtivo, é uma advertência, é um alerta ao Sr. Governador do Estado que aí está, e deve haver um engano de S. Exa., porque, segundo informações de Deputados que têm contato com S. Exa., o Sr. Governador está em pleno gozo de saúde, restabelecido da intervenção cirúrgica que sofreu. Temos certeza de que S. Exa. doravante terá condições de, com os reparos que agora estamos sugerindo, fazer um grande Governo.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Entendo a preocupação de V. Exa. em não ser por demais áspeto com o Governador. No entanto esta não é a nossa preocupação. Compreendemos a situação anormal por que passou e ainda passa a administração pública do Estado, razão principal de nosso silêncio, ou quase silêncio até a data de hoje, neste Legislativo, em relação ao desleixo administrativo a que assistimos. Mas este silêncio não pode perdurar e, se reconhecemos a situação difícil de um Governador, enfrentando problemas particulares de ordem de saúde, também devemos reconhecer que o Paraná não pode ser o maior prejudicado, o Paraná não pode ser a vítima e o povo não pode continuar sofrendo as consequências desta situação anormal.

Se existe uma situação anormal, convém corrigi-la a bem do Estado. Não estou preocupado, nobre Deputado, com credenciais a elementos do DETRAN, com despachantes, etc., que nunca foi esta a nossa preocupação e nunca será. Nossa preocupação é em relação aos problemas maiores que afligem a comunidade paranaense. Compreendendo a situação de V. Exa. neste particular porque, em última análise, está defendendo, com esta posição, o prestígio do Parlamentar, o prestígio do Poder, mas esta não deve ser nossa preocupação principal, porque temos outros problemas de maior gravidade, como V. Exa. já disse, envolvendo questões de transportes e é essencial o transporte para o desenvolvimento. Envolvendo questões de educação, questões imprescindíveis também para o desenvolvimento. O investimento na educação é o mais precioso de todos. No entanto estamos a investir migalhas em educação, enquanto se investem fortunas em publicidade.

O SR. PAULO POLI — Ao agradecer mais uma vez a brilhante intervenção deste jovem Líder do Partido da Minoria, deixo aqui, na tarde de hoje, o meu apelo, como Arenista, como Parlamentar a S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, para que atente para o problema cujo expediente está sendo encaminhado por esta Casa, porque não quero, sozinho, Srs. Deputados, ser amanhã debitado por um fracasso das urnas nas eleições municipais que se aproximam. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência quer esclarecer aos Srs. Deputados que chegou lá poucos minutos de viagem, tomando conhecimento do ocorrido na sessão de ontem.

O problema que se levantou nesta Casa ontem, aliás, da forma como foi levantado, só pode vir em prejuízo do Legislativo, só pode vir a denegrir o brilho e a dignidade do Poder Legislativo.

A Presidência, assim que chegou, mandou que a assessoria de imediato providenciasse a tramitação normal das Mensagens que se encontram no Gabinete da Presidência.

Na semana retrasada estivemos em São Paulo, por motivo de doença de um dos nossos familiares.

A semana passada, estivemos na Capital Federal, Brasília, para assistirmos a posse do Gal. Breno Borges Fortes. Foram esses os motivos que fizeram com que nos ausentássemos por alguns dias.

Falaremos em explicação pessoal para melhor esclarecer aos Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um prestigioso órgão da imprensa curitibana estampou, ontem, com destaque, uma reportagem que envolve funcionários adidos e do quadro próprio da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado.

É norma que a Comissão Executiva deste Poder, ao tomar conhecimento de denúncias que possam envolver a honorabilidade de funcionários ou de Srs. Deputados, tome, de imediato, medidas capazes de esclarecer os fatos e, se apuradas responsabilidades promover, de imediato, o afastamento daqueles que, direta, ou indiretamente, colaboraram para que este Poder tenha a imagem que, infelizmente, tem uma parcela da opinião pública.

Mas devemos, por outro lado, Srs. Deputados, enaltecer o trabalho dos Srs. Deputados e, em especial, dos funcionários lotados no Departamento do Serviço Social deste Poder. Porque, enquanto muitos clubes de serviço, demagogicamente, apregoam solidariedade humana, e, demagogicamente, promovem as custosas reuniões de companheiros de todas as regiões do País, com gastos faustosos em despesas de viagens e representação. Enquanto o próprio Poder Executivo ainda não se armou com uma entidade capaz de atender aos marginalizados pela sociedade, é este Poder, a Assembléia Legislativa do Estado, a tão mal falada Assembléia Legislativa do Estado, que socorre aos miseráveis pedintes de todos os quadrantes paranaenses que aportam aqui às portas da Assembléia, a esmoiar um pouquinho de caridade dos Deputados e dos Funcionários que nunca lhes faltaram com uma palavra de esperança, com uma migalha de ajuda, para que pudessem mitigar a fome, para que pudessem receber tratamento médico, comprar remédios e passagens para retornar às plagas de onde vieram. E não venho falar isso para fazer demagogia. Venho, com números, contestar o que disse aquele órgão da imprensa. E os Srs. Deputados deixaram suas funções de legisladores, de parlamentares, para se tornarem aprendizes de serventes, de "office boy" de luxo, pedintes às portas dos hospitais, implorando, por misericórdia, o atendimento de conterrâneos desprovidos de recursos.

É preciso que a opinião pública saiba disso. E eu tenho confiança nas editoras paranaenses, naquelas que têm obrigação de orientar bem a opinião pública, confia neles e nessa plêiade de jornalistas extraordinários que assessoram este Poder, nossas sessões legislativas, para que levem à opinião pública, estes dados desconhecidos da maioria do povo paranaense.

Sabem os Srs. Deputados quantos doentes pobres, quantas pessoas desprovidas de recursos, atender o Poder Legislativo quando em recesso? Quando não tínhamos reuniões plenárias, quando a maioria dos Srs. Deputados estava viajando, atendendo Prefeitos e Vereadores, e postulando, nos órgãos do Governo pelo atendimento de suas regiões, quantos doentes foram atendidos pelo Departamento de Serviço Social da Assembléia Legislativa, no mês de março? Um mil, setecentos e quatro doentes; em deztoito dias úteis de funcionamento deste Poder, cem doentes pobres por dia e diz esse gráfico, 590 consultas médicas, dadas pelos médicos do quadro de pessoal da As-



sembléia Legislativa, 379 atendimentos médico-hospitalar e vejão, e passem Srs. Deputados, mesmo assim, porque o Estado não dispõe de hospitais que o Estado dispõe, ainda cobram leito-dia do pobre. O Hospital Adauto Botelho é exemplo disso, muito embora, entendam bem os Srs. Deputados, fazendo o possível para localizar 500 doentes num hospital que tem capacidade para 200. Mesmo assim a Assembléia Legislativa internou, no mês de março, por benevolência da Santa Casa de Misericórdia, do Hospital das Clínicas, do Hospital Evangélico, do Hospital de Quilomados, do próprio Adauto Botelho, do Hospital Nossa Senhora das Graças, 376 doentes pobres.

A totalidade desses internados recebeu intervenções cirúrgicas. No mês de abril a cifra aumentou, Srs. Deputados. Atendeu o Departamento do Serviço Social da Assembléia, com o esforço dos Srs. Deputados, que levam dentro de seus automóveis aqueles doentes, 1721 enfermos.

Há Deputados aqui dentro que levantam às 5 horas da manhã e vão buscar doentes nas pensões, doentes que eles colocam nas pensões, o Deputado paga a pensão, cama e comida para o doente, coloca o doente em seu carro e vai enfrentar as filas do Hospital de Clínicas, da Santa Casa, nas diversas especialidades.

No mês de abril, 1721 atendimentos, com 288 internamentos hospitalares. É preciso que a opinião pública do Paraná tome conhecimento desse problema, do trabalho que o Deputado faz. Segundo alguns, é para garantirem sua reeleição, porém 95% desses doentes são analfabetos, não possuem título eleitoral para retribuir, como afirmam por aí, o atendimento recebido aqui.

É preciso que a opinião pública do Paraná entenda o Deputado como pessoa humana. É preciso que o povo saiba do esforço que faz o Deputado, que emprega, das 24 horas do seu tempo, 16 a 18 horas brigando às vezes, para conseguir uma ambulância requisitada pelo Prefeito, a 700 quilômetros da Capital, para trazer alguém com uma fratura exposta, uma tuberculosa que está lá, a contaminar a família e a vizinhança, um portador do mal de Hansen. Quantas vezes tem que vir na mesma ambulância com alguém portador de outra doença.

Esta Assembléia é a única do Brasil que faz esse atendimento objetivo, direto. Não existe Poder Legislativo neste País que se preocupe com o brasileiro miserável. É a única Assembléia neste País que mantém um Serviço de Assistência Social, a serviço de uma coletividade pobre. Não vamos criticar, absolutamente, não é nossa intenção, o Poder Executivo, mas, dizer que desse atendimento de 1721 doentes que aportaram por aqui, o Poder Executivo nos deu, deu à Assembléia, 78 passes de trem. Só o atendimento total feito por este Poder, e nós reconhecemos, Poder relativamente bem provisionado pelo Poder Executivo, que não nos faltou na verdade, mas, é preciso, e necessário que o paranaense veja nos Srs. Deputados e nos funcionários mais zelosos e dedicados, esta extraordinária capacidade de devotar os minutos que têm, em favor dos seus irmãos desprovidos.

Tinha eu que vir a esta Tribuna, para dizer que nós, da Comissão Executiva, estamos dando crédito ao que a reportagem estampa, porque conhecemos os Diretores deste periódico; são homens de bem, conhecemos o Dr. Francisco Cunha Pereira, Diretor da Editora "GAZETA DO POVO", é um paranaense ilustre, homem que está acima de qualquer pretensão de fazer sensacionalismo com a sua imprensa, pois dirige uma imprensa das mais sérias, e a gravidade do que consta desta reportagem, envolvendo até nas entrelinhas a dignidade de alguns parlamentares aqui não citados nominalmente, fazem com que nós nos preocupemos, e, através de expediente e ainda hoje, endereçamos ao Diretor Geral desta Assembléia Legislativa, solicitamos a constituição de uma Comissão de Sindicância, para apurar a veracidade do conteúdo desta reportagem. Mas, fomos mais além, solicitamos do Sr. Diretor da Editora que imprime este jornal, que, por favor, designe o autor da matéria, para que acompanhe o trabalho desta Comissão, para que nos ajude a esclarecer os fatos, para que não se permita que a opinião pública acredite que os doentes pobres enviados à caridade, aqui sejam colocados para vender naftalina e artigos baratos, por determinados homens ou mulheres que, segundo o repórter, estão a trabalhar para enriquecer determinadas pessoas. A acusação é muito grave, mesmo porque, nós podemos afirmar: dos 1721 doentes que aportaram no mês de abril aqui, eu quero crer que nenhum deles se fez acompanhar da esposa ou de filhos seus, em condições de oferecer serviços ou mão-de-obra barata, como diz o jornalista, em favor de determinados homens ou mulheres inescrupulosos.

Quero crer que alguma coisa nesta reportagem não está bem posta. Que se denuncie alguma irregularidade existente, e é a nossa obrigação promover as responsabilidades, está bem! Mas que nas entrelinhas se lance dúvidas na opinião pública, da lisura dos Srs. Deputados, na boa vontade no desprendimento, no espírito de solidariedade humana de que cada um está possuído para atender sem visar recompensa nenhuma, é isto e tão somente isto que nós faz vir à Tribuna para dizer que nós, na 1.ª Secretária, mais do que qualquer outro parlamentar, temos a obrigação de conhecer a aplicação dos recursos deste Poder, próprios, consignados no Orçamento. É por isso isto que eu dou conhecimento à Casa das providências adotadas pela Mesa, da constituição desta Comissão e do conhecimento da medida o Sr. repórter autor da matéria para que possa eximir este Poder de mais uma tentativa de denegrir o seu bom nome. É este Poder vem vivendo do episódio, em episódio, alguns acontecimentos que mal explorados, induzem a opinião pública a nos julgar uns irresponsáveis, quando isto não é verdade. Estamos aqui diuturnamente e não há exceção, todos, a lutarmos para que o Paraná e a gente paranaense tenha melhores dias no futuro que se assegure grandioso, deste Estado. Tomamos estas providências, e esperamos que a continuarmos a prestar este serviço, o fazemos com o mesmo desprendimento de sempre, muito embora voltemos a advogar a tese que desta tribuna já advogamos, da extinção pura e simples do nosso Departamento de Serviços Sociais e poderíamos alguns dos Srs. perguntar: Qual a sorte que será reservada aos pobres que aportam à Capital do Estado esperando atendimento? Nós pretendemos significar que é um serviço da competência do Poder Executivo, das entidades religiosas, ou de quem deva cuidar deste setor de atendimento. Foi ao Sr. Governador já por duas vezes, dissemos-lhe que a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa estava disposta, com a anuência do Plêniário, em Resolução que aqui poderia ser votada, a transferir o acervo deste Departamento a qualquer entidade indicada por S. Exa. desde que esta entidade assumisse o compromisso com a Assembléia de continuar atendendo aos doentes pobres do interior do Estado, principalmente, mas S. Exa. entendeu que isto era verdadeiramente um presente de grego e não o aceitou, inteligentemente, diga-se a verdade, eximiu-se também da responsabilidade, ao afirmar que mesmo que pretenda o Governo do Estado aplicar o total da arrecadação na erradicação da mendicância, o Governo do Estado não conseguiria, porque não é de hoje que existe o fato no Estado e de resto, em todo o Brasil e nos países em desenvolvimento, principalmente. É necessário que nós, Deputados Estaduais, per-

semos com muita tranquilidade acerca do futuro que reserva este setor da administração desta Casa e pensemos com muita seriedade na possibilidade de transferir o acervo deste Departamento, que temos os nossos médicos também à disposição do Poder Executivo, que repassemos ao Poder Executivo a totalidade também dos recursos consignados à Assistência no nosso orçamento para que o Poder Executivo, de atendimento a esta parcela da população empobrecida do nosso Estado e que tende a crescer cada vez mais.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Ivo Tomazoni, o pronunciamento que V. Exa. faz neste instante, é dos mais oportunos, porque é necessário que se leve ao conhecimento do povo do Paraná não só o lado negativo, que se quer atribuir a esta Casa e aos Srs. Deputados, mas que também se leve ao povo do Paraná, o lado positivo. Porque se há serviço que é feito com extraordinário carinho por parte dos funcionários, que é feito com extraordinário zelo por parte dos Deputados, é o serviço de Assistência Social aqui, desta Casa.

É lamentável que nesta hora, queiram pessoas que não sei, se mal intencionadas, ou querendo aparecer, venham de encontro aos Srs. Deputados, que nada mais fazem do que cumprir com a sua obrigação. E bem frisou V. Exa., os Deputados que madrugam a dentro, com doentes dentro do seu carro, enfrentam filas dos hospitais para internar um coitado que precisa de recursos, daqueles menos afortunados pela sorte, vindos dos 4 quadrantes do nosso Estado. E o exemplo aí está, em baixo, quando de cinquenta a sessenta pessoas por dia, são carregadas a este Poder Legislativo para que cada um dos Srs. Deputados nas diferentes regiões que representam, deem atendimento aos nossos companheiros do interior.

Seria, nobre Deputado, a solução mais fácil e a mais preferível até para este Poder, que se entregasse este serviço ao Executivo ou ao Judiciário ou a quem quer que seja, mas nobre Deputado, quero apelar aos sentimentos de todos os Srs. Deputados, de que mesmo a par das críticas que estamos recebendo vamos ficar com a nossa consciência, continuando a dar atendimento aos nossos irmãos do interior do Paraná.

Porque eu pergunto a V. Exa., como ficarão estes milhares de homens como bem disse V. Exa., através do relatório que traz ao conhecimento da Casa. Como ficarão estes miseráveis, jogados nas ruas da nossa Capital. Nós sabemos de muitas promoções que estão sendo feitas na Capital, no sentido de auxiliar também a estes menos afortunados pela sorte. Campanhas estas, que sempre contamos com o nosso apoio, porque diariamente, assistimos nos corredores desta Casa, este ou aquele Deputado, subcrevendo e dando da sua verba de assistência social, parcela de atendimento a estas campanhas que são realmente meritórias e que sempre contam com nosso apoio.

O que não podemos concordar, nobre Deputado, é que estes mesmos elementos queiram investir contra este Poder, que nada mais tem feito do que aqui representar o povo paranaense no processo legislativo, não para internar doentes, mas dada a formação cristã e humana de cada um dos Srs. Deputados, nós estamos nos empenhando na medida das nossas forças, dentro das nossas possibilidades, no atendimento dos nossos companheiros. É o apelo que deixo aqui, ao cumprimentar V. Exa., ao cumprimentar este trabalho que vem sendo desenvolvido pela Assistência Social desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado João Mansur, ao agradecer o aparte de V. Exa. dado com tanta felicidade, e V. Exa. bem melhor que eu, sabe testemunhar o trabalho dos Srs. Deputados e funcionários que atuam neste setor. Eu devo dizer a V. Exa. que o levantamento é diário, nobre Deputado, do protocolo do nosso Serviço de Assistência Social que dá o encaminhamento. É tão fácil constatar a sua veracidade, a veracidade dos números, porque na ficha consta além do número, também o nome do cidadão ou da mulher, ou do menor atendido, o endereço, com procedência, o encaminhamento a devolução para a cidade de origem. É raro, Sr. Deputado, acontecer na Capital do Estado e quando ocorre um caso isolado, em 1700 casos atendidos num mês, é possível que o nosso setor de Assistência Social perca o contato com 203 doentes. É humanamente possível que isto aconteça, e quando acontece, e outro órgão da administração pública recolhe este doente, é o primeiro a promover manchetes nos noticiários policiais, dizendo: — "mais um doente abandonado na cidade", pela falta de humanidade do parlamentar responsável pela região; é isto que dói. Em 3500 casos, quando ocorre um, e vejamos nobres Deputados, a média do mês de abril, de doentes encaminhados pela Assembléia, foi de 96,7 doentes por dia, tratando-se de dias úteis de funcionamento deste Poder. É normal até que um número reduzido de doentes que são deixados nessas pensões, são apanhados e levados às diversas especialidades, em muitos dos ambulatórios, não sabem retornar à pensão, porque, vindo do interior, pela primeira vez, entrando numa cidade alguns não sabem sequer voltar e procurar a autoridade policial, quando têm inteligência mínima. É normal que isto ocorra. E, ocorrendo, não é necessário nem é prudente, não há expressão com que eu possa aqui definir a maldade que nos causam. Não a nós, em particular, porque podemos ser substituídos aqui a qualquer hora, por qualquer cidadão. Mas ao Poder que tem que subsistir para sempre porque só assim estaremos salvando as instituições.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Tomazoni, V. Exa. está relatando com profundo conhecimento estes problemas que é um dos mais sérios, não só no Paraná mas em grande parte do Brasil.

Eu não quero defender o jornalista...

O SR. IVO TOMAZONI — Por favor, eu não estou dizendo que o jornalista fez questão de dizer.

O Sr. Pinto Dias — ... Eu não quero defender o jornalista que fez comentários a respeito do tratamento ou da conduta dos Deputados ou do Departamento de Assistência Social deste Poder. Mas ocorre, Sr. Deputado Ivo Tomazoni que lá no interior do Estado, na sua cidade de Francisco Beltrão, Santo Antônio, de Barracão ou de Irati, do Deputado João Mansur, nestas cidades do interior que todos os Deputados conhecem e que lá trabalham é que muitos ou nem todos os municípios têm prezado Deputado. Entretanto, quando um doente lá vê o seu estado de saúde agravado, o vizinho ou o delegado ou o prefeito, dá a falta de tratamento, de assistência social, sugere que procure o centro onde possa ser tratado; e no Paraná o centro é Curitiba.

E quando um doente sai de Guairacá, por exemplo, não vem procurar desembargador, nem coronel da polícia, nem engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem; vem procurar o político que é conhecido e que é o Deputado; vem à Capital. Daí vem a reivindicação do Deputado João Mansur, de que a função do Deputado não é a de internar nem de tratar de indigentes mas nós estamos ligados e nós não podemos fugir; e não fugiremos mais deste tratamento. Tenho atendido indigentes sábado à tarde, quando não há expediente; ainda na semana passada, domingo, atendemos a um ra-



paz que tinha sido fraturado por um pedaço de madeira que na derrubada caiu e quase o quebrou todo.

Chegou aqui domingo pela madrugada e foi atendido no Hospital de Clínicas. E faço isto com entusiasmo, com amor e não me arrependo. Mas há os que não conhecem, os que não entendem, que infelizmente estão por fora deste tipo de tratamento e devemos ficar superiores a estas pessoas e não tomar conhecimento delas. Temos centenas, milhares de indigentes internados e cada vez que encaminhamos um doente à Santa Casa, fazemos visitas aos mesmos. Hoje estive na enfermaria São Roque, visitando um rapaz, José Aguiar, que lá está internado e que está tendo uma recuperação espetacular. Disse-me que queria retornar domingo porque deixou sua filha e sua esposa sem recursos sequer para comprar o leite para a criança. E está sendo tratado por esta Assembléia. Tenho a certeza de que todos os Deputados também o fazem, mas aqueles que não conhecem, aqueles que criticam, os Deputados não devem tomar conhecimento, porque aqueles estão por fora. Era a modesta contribuição ao pronunciamento de V. Exa..

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa., nobre Deputado, e devo dizer que os jornalistas sempre nos prestaram bons serviços. Em determinada oportunidade o jornal "Tribuna do Paraná" denunciou as atividades de uma proprietária de pensão desta Capital, que estaria se valendo da oportunidade de receber dinheiro dos Srs. Deputados e que estaria até obstaculando o urgente internamento de determinados doentes, porque quanto mais tempo ficassem na pensão maior número de diárias ela receberia dos Deputados.

Apurada a veracidade, o 1.º Secretário do Poder tomou providências de imediato e foi solicitado ao Diretor Geral da Casa que impedisse a entrada daquela senhora nas dependências deste Poder e ela nunca mais pode adentrar nesta Casa de Leis.

Temos assim uma demonstração de que jamais poderemos pactuar com quaisquer medidas que pudessem dar sofrimento maior a esta classe já tão sofrida de brasileiros carentes de recursos.

Concedo, agora, o aparte ao Deputado Paulo Poli, que já me o havia solicitado.

O SR. Paulo Poli — Nobre Deputado Ivo Tomazoni, talvez nem toda a Casa saiba que nós ambos há anos passados tivemos, na cidade, um escritório no mesmo edifício. Queria testemunhar aqui, quando estava também em nosso escritório o Deputado Francisco Escorsin, o que assisti de zelo no atendimento a indigentes, por parte de V. Exa.. Quantas vezes V. Exa., como agora mesmo, não tem se preocupado com seu próprio estado de saúde, preocupado primeiro e principalmente com o atendimento de indigentes. Sei que V. Exa., assim como o Deputado Francisco Escorsin, como o Deputado Agnaldo Pereira Lima e outros levam de madrugada — eu não faço isto — para levar em seus veículos um indigente para a fila do Hospital das Clínicas. O nobre Deputado Paulo Camargo, aqui a meu lado, tem 90% de seu trabalho no atendimento a indigentes, há uma preocupação constante e não seria motivo de se destacar porque o Deputado está cumprindo seu dever. Mas se destaca é porque a revolta é grande quando querem fazer injustiça a Deputados que deixam o conforto de seus lares, de madrugada, para enfrentar uma fila, levando em seus carros doentes até de doenças contagiosas.

E é lamentável, nobres Deputados, que esses homens não sejam lembrados, enaltecidos por elogios, para se reconhecer, de público, o seu valor. Infelizmente, ocorre o contrário. Mas V. Exa. há de convir que nem sempre todas as notícias, todas as informações, têm um fundo sadio. As vezes, paixões levam a divulgar injustiças, para que se vinguem de frustrações.

Quero parabenizar-me com V. Exa. e meu aparte é para dar o testemunho vivo do trabalho desses Deputados; quantas vezes emprestei cinco, dez, cruzeiros para o Deputado Francisco Escorsin, para Agnaldo Pereira Lima, porque tudo o que eles têm no bolso dão a essa gente.

Parabenizo-me com V. Exa., pela maneira como dirige o Departamento de Serviço Social.

O SR. IVO TOMAZONI — Queria, ao sair desta Tribuna, enaltecer a direção do Hospital de Clínicas, do Hospital Vitor do Amaral, do Hospital Adauto Botelho, do Hospital das Crianças, do Hospital Evangélico de Queimados, da Santa Casa, e do Instituto de Previdência Social, algumas vezes, em alguns casos nos atendeu, do Hospital Nossa Senhora das Graças; todos esses hospitais têm feito o possível para nos atender, para atender aos doentes que para eles encaminhamos.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que o Projeto de Lei n.º 5-72, que trata do aumento do funcionalismo público estadual, foi aprovado pela Comissão de Finanças, hoje. Será incluído na Ordem do Dia de amanhã.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 221-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 318-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica criado um Curso Ginásial Noturno para funcionar a partir do ano letivo de 1971, do Núcleo Social Yvone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com EMENDA SUBSTITUTIVA. — **Aprovado o projeto e emenda.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 2-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, concede anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31.12.71, aos contribuintes em atraso com o Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M. e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA de Plenário, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 3-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 93-72, ratifica Convênios firmados em 20.12.71, entre o Governo do Estado e Municípios que específica, visando colaboração técnica e assistencial, através do programa de Integração Fazendária "PROFAZ" instituída pela Lei n. 6.211, de 2.8.71. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 246-70 de autoria do Dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Estação de Platina, Distrito de Santo Antonio da Platina, para funcionar a partir do próximo ano letivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 253-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Comercial em Guairacá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. **Aprovado pelo Substitutivo artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 256-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Comercial em Itauna do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 5-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, fica transferido ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga a cidade de Pérola à de Iporã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 247-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que cria os Conselhos Municipais de Turismo em Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.T. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 247-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competências se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1970.

a) — Dep. Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO:

A medida ora proposta se impõe pela simples realidade dos fatos quotidianos. Ao ser criada a "PARANATUR", órgão esse que reputamos de grande importância para a vida administrativa do nosso Estado, foram-lhe conferidas grandes atribuições e não menores responsabilidades a se desenvolverem em um vasto território, sede das mais altas expressões, dos mais vigorosos objetivos turísticos do nosso país, mas tudo ainda está em fase incipiente.

Na verdade, tal situação não pode e não deve perdurar, pois a sua vigência interfere de maneira corrosiva e nas reais indiscutíveis possibilidades sociais, culturais e econômicas do turismo paranaense.

Para saná-las, tendo a preocupação de não criar novos ônus ao erário público paranaense, nos parece acertado que se procure a colaboração das autoridades municipais, das pessoas devidamente credenciadas e interessadas no desenvolvimento do turismo na região em que residem naturalmente dotada de atrativo turístico de real destaque, de efetivo significado.

Nos municípios em que forem instituídos, os Conselhos Municipais de Turismo prestarão ainda a sua decisiva colaboração no amparo, assistência e divulgação de todas as possibilidades turísticas locais, no planejamento e coordenação dos movimentos turísticos regionais, na observação e organização estatística de todas as realizações e resultados correlatos. Será também de sua competência a organização de festividades, exaltar e desenvolver todas as manifestações folclóricas do município, a visitação às relíquias históricas aos recantos naturais paisagísticos, e, dentro das suas possibilidades e recursos, a conservação e o zelo dos atrativos turísticos, sem contudo ferir a sua originalidade e expressão primitivas. Paralelamente protegerão os turistas de eventuais abusos ou explorações.

Essas as razões que nos levaram à apresentação deste projeto para o qual esperamos contar com o apoio e a aprovação da Casa.

#### Comissão de Constituição e Justiça

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SUMULA: Cria conselhos municipais de turismo.

PARECER

O projeto pretende implantar conselhos de turismo, de natureza municipal, nas comunas dotadas de objetivos turísticos, os quais se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Não há empecilho constitucional ou legal ao Projeto.

Entende-se, entretanto, que ao subir a Plenário a proposição deverá se achar instruída pelo Regulamento do Conselho Estadual de Turismo. Sendo este, como se viu parte integrante da proposição deverá acompanhar o Projeto.

O parecer é no sentido de que seja incluído no Projeto um exemplar do referido regulamento, atendendo-se assim ao disposto no art. 123, parágrafo 5.º, do Regulamento Interno ("... quanto citarem um artigo de lei ou uma lei, deverão (as proposições) transcrevê-lo por extenso em seguida a justificação").

É o parecer.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente.

Muggiati Filho — Relator

Emílio Carazzai — Sebastião Rodrigues Junior — Arthur de Souza — Igo Losso.

#### COMISSÃO DE TURISMO

#### PROJETO DE LEI N. 247-70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas.

PARECER

De autoria do ex-deputado estadual Túlio Vargas, o Projeto de Lei em referência dispõe sobre a criação de Conselhos Municipais de Turismo, nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, com atribuições e competências que se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Na justificativa, o seu ilustre autor alinha as razões determinadas de sua apresentação, as quais nos convencem plenamente.

Pela aprovação, por considerar que o projeto consubstancia matéria de alta significação para o turismo em nosso Estado.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1971.

aa) — Jorge Sato — Presidente

Aryzone Araujo — Relator

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 66-71, de autoria do Dep. Mauricio Fruct, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação a estrada Municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**



## PROJETO DE LEI N. 66-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1971.

a) Dep. Mauricio Fruet.

## JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei se justifica pelo fato de serem os citados municípios dois dos maiores produtores de cereais da região Leste no nosso Estado.

No entanto, esta produção não encontra meio condizente para se escoar. Para dar vazão aos seus produtos os agricultores da região tem que se sujeitar a uma estrada em péssimas condições, inclusive intransitável em épocas de chuvas, o que vem provocar, sérios transtornos para a região.

## Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 66-71

AUTOR: Dep. Mauricio Fruet.

SUMULA: Transfere à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

## PARECER

1) — O presente Plano de Lei foi elaborado em perfeita consonância com o que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referida Proposição não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, é evidente.

3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação, obedecido, porém o substitutivo anexo para melhor atender a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai — Acyr José — Igo Losso — Sebastião R. Júnior —

Muggiati Filho — Odilon Reinhardt.

## SUBSTITUTIVO GERAL

## AO PROJETO DE LEI N. 66-71

SUMULA: Transfere à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Muggiati Filho — Igo Losso — Acyr José — Odilon Reinhardt —

Sebastião R. Júnior.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE LEI N. 66-71

1) — O presente plano de lei apresentado pelo Deputado Mauricio Fruet, visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

2) — O Projeto já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça; sobre o aspecto financeiro que cabe a esta Comissão se pronunciar, somos favoráveis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de julho de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima — Paulo Poli.

## Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

## PROJETO DE LEI N. 66-71

AUTOR: Dep. Mauricio Fruet

## PARECER

1 — Tem por fim o presente Plano de Lei, de autoria do nobre Dep. Mauricio Fruet, autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

2) — O Projeto em evidência foi devidamente examinado pelas douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças das quais recebeu pareceres favoráveis e substitutivo geral da primeira.

3) — A estrada em questão serve uma região produtora dos mais variados cereais e sua condição atual não permite o escoamento das abundantes safras, o que acarreta, invariavelmente, prejuízo aos lavradores daqueles dois municípios.

Consequentemente, assim nos parece, ao Estado cabe dar maior estímulo àqueles que produzem, e tal medida só será possível com a melhoria daquela via pública.

Assim, pois, e tendo em vista as considerações expendidas somos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o Parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Antonio Maciel — Relator

Borsari Netto — Gilberto Carvalho — Helio Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando sejam enviados ofícios ao sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação no sentido de que seja autorizado e implantado no Município de Cascavel, o Exame Supletivo (antigo Art. 99). — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 224-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n. 9-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando, de acordo com os termos constitucionais seja convocado o sr. Secretário dos Negócios da Fazenda para comparecer a este Plenário, para em data mais próxima possível, esclarecer a situação econômico-financeira do Estado. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, no sentido de serem adotadas providências necessárias para regulamentação, com a máxima urgência, da carreira de Orientador Educacional do Quadro Próprio do Magistério Estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Pinto Dias constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão composta de três srs. Deputados, a fim de se dirigirem à Delegacia Regional da SUNAB, com o objetivo de obter esclarecimentos e informações sobre assunto pertinente às cotas de exportação de carne deste Estado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias. — **Aprovado** Esta Presidência designa os srs. Deputados Pinto Dias, Muggiati Filho e João Mansur, para comporem a Comissão referida.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Ministro da Justiça, no sentido de que, quando da reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos se restabeleçam os antigos partidos políticos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.s.: 201-71 e 25-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que, quando da reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, se adote o critério da eleição distrital. **Aprovado.**

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Questão de ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação, para o último requerimento, de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. PAULO POLI — (Questão de ordem) Sr. Presidente, apenas o Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, pede a V. Exa., submeter à verificação de votação o requerimento, porque V. Exa. não havia levantado a cabeça e observado que o Plenário, em sua maioria rejeitou o Requerimento. Portanto, o requerimento foi rejeitado. Agora, cabe a V. Exa. deferir ou não o requerimento do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência colocará novamente em votação o requerimento. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de srs. Deputados, para apurar responsabilidades no desaparecimento das Mensagens Governamentais, conforme denúncia do sr. Deputado João Mansur. Em discussão.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida para a sessão de amanhã, a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli.

— Requerimento de autoria do sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando abono das faltas dos dias 2, 8, 11 próximo passado em virtude de estar enfermo e impossibilitado de comparecer às reuniões Plenárias. — Ao Sr. Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias constante do Expediente, solicitando abono de suas faltas às sessões Plenárias dos dias 8, 9, 10 e 11 do corrente quando esteve participando das solenidades alusivas ao Jubileu de Prata de Maringá. — Ao sr. 1.º Secretário para as devidas anotações.

Presente neste recinto o Dr. Mario Faraco muito digno Secretário do Interior e Justiça. Esta Presidência sente-se honrada com tão ilustre visitante.

Para explicação pessoal concedo a palavra ao sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente e srs. Deputados. Inicialmente queremos dizer a Casa que é com muita honra e satisfação que recebemos a visita cordial do sr. Mário Faraco. Em segundo lugar, para recordarmos a sessão de ontem quando um problema foi levantado aqui por alguns Deputados, inclusive pelo Líder do Governo e da ARENA, a respeito de Mensagens que possivelmente teriam desaparecido desta Casa. Em primeira mão, queremos adiantar aos srs. Deputados que sob hipótese alguma poderíamos acreditar que algum dos srs. Deputados, ou algum membro da Comissão Executiva pudesse desviar qualquer Mensagem e nem os srs. Funcionários desta Casa, principalmente os Funcionários do Plenário que recebem, da Comissão Executiva e desta Presidência, toda a confiança. Foi lamentável, sr. Presidente, para nós que chegamos hoje a Curitiba, após vários dias de viagem, depararmos com a notícia nos jornais e principalmente como ela foi focalizada aqui desta Tribuna. Em primeira mão as Mensagens trazidas do Palácio do Governo deveriam ter sido protocoladas. Não



o foram. Mas nem por isso seria motivo suficiente para as mesmas desaparecerem. São elas encaminhadas e endereçadas ao Presidente do Poder Legislativo. Nestas condições, qualquer dos srs. Deputados e mesmo o Líder do Governo ou do MDB, para saber onde se encontram as Mensagens, se não nas Comissões, deveriam ter indagado pelo menos, pessoalmente ao Presidente da Casa. Se não estão nas Comissões devem estar no Gabinete da Presidência. Sempre procuramos pautar uma linha de conduta nesta Casa e como Presidente, há mais de 12 meses, sempre procuramos colaborar de maneira objetiva com o Poder Executivo. Aqui votamos as leis para os melhores fins do Poder Executivo. Não tem sido outro o nosso objetivo, a não ser colaborar de maneira mais concreta com o Poder Executivo. Confiávamos em S. Exa. o Sr. Pedro Parigot de Souza, homem íntegro, de uma conduta e de uma moral que representam um verdadeiro patrimônio para o Estado. Tudo nós faz crer que alguém quer criar um clima desagradável entre o Presidente desta Casa e o Sr. Governador do Estado. Chegamos 5.a-feira à noite, assistimos à Sessão de sexta-feira e logo depois do almoço viajamos. Fomos assistir a posse do sr. Breno Borges Fortes. Ninguém nos indagou, nem o Líder do Governo, nosso amigo, por quem temos tido extrema consideração Sr. João Mansur, então eu acredito que da forma como foi levantado o problema, foi bastante intempestivo, inclusive deixando o Poder Legislativo em situação difícil perante o Estado do Paraná. Um problema como este deveria ter sido resolvido no Gabinete. Qualquer Deputado encontra as portas do Gabinete da Presidência abertas para saber do andamento de qualquer Projeto ou da situação de qualquer Mensagem Governamental. No ano passado, com o Governador Haroldo Leon Peres, tivemos alguns atritos; porque a atual Comissão Executiva recebeu o respaldo do Governador do Estado para nossa indicação. Nem sempre comungamos com o Governador em todas as Mensagens. Estamos aqui para colaborar com o Executivo mas não, absolutamente para sermos subservientes do Poder Executivo. Se na oportunidade, quando chegamos a nós atriitar, por época da Emenda Constitucional enviada a esta Casa, de público, nem por isso ficou alguma Mensagem presa nas gavetas desta Casa. Nem do Sr. Pedro Parigot de Souza e pedimos a bênção de Deus para que lhe dê saúde, para que no final de sua gestão tenha realizado uma grande obra de governo.

Nestas condições, eu já determinei à minha assessoria, que todas as Mensagens que por ventura lá se encontrem, que tenham chegado na minha ausência, recebam, a partir de hoje, a tramitação normal para que se evite, para que realmente não venham a ocorrer episódios como o ocorrido nesta Casa no dia de ontem.

Eu confesso aos Senhores, principalmente na minha ausência, não sei porque motivo foi levantado este problema aqui da Tribuna da Assembleia.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A preocupação de V. Exa. de certa forma, justifica-se. Mas acontece no- bre Deputado, que eu acompanhei os debates, inclusive, até participi deles, mas em momento nenhum quis que se registrasse isto. Ninguém acusou nominalmente V. Exa. A preocupação, isto sim, existia no destino de determinadas Mensagens. Mas houve a delicadeza, o cuidado de todos os participantes dos debates de ontem, que foram até acalorados, em não se citar nomes, principalmente o de V. Exa. que se encontrava ausente.

Portanto, nobre Deputado, a preocupação existia repito, mas ninguém fez menção a V. Exa. e se a imprensa, ou quem quer que seja tenha feito, não sabemos. Mas os apertes estão aí as notas taquigráficas estão aí, ninguém, nem o próprio Líder que ressaltou várias vezes que se preocupava com o destino das Mensagens, mas que não sabia qual. Houve até preocupação do eminente Deputado Cândido Martins de Oliveira, porque chegou-se em dado momento, a se pensar que alguém estaria querendo culpar alguns dos funcionários. E nesta preocupação, eu comunguei como outro Deputado, que deveria haver um equívoco, e seria oportuno aguardar-se a presença de V. Exa. nesta Tribuna, dando a explicação que está dando e que a aceitamos, porque é justa. Não vejo para que mais preocupações. Tenho a impressão que volta a paz na família Arenista, e isto foi apenas um mal entendido. Mas eu só destaquei para o conforto de V. Exa., que ninguém o citou nominalmente. Era o aparte.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte. E quero dizer, que ninguém, perguntou ao Presidente do Poder onde estavam as Mensagens, para levantar o problema da Tribuna, principalmente, quando o Presidente está ausente. Por vários dias esteve ausente desta Casa e ninguém...

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, ocupamos a Tribuna, na tarde de ontem, também, para condenar o desaparecimento, sobretudo de uma Mensagem que dizia respeito à criação do Instituto Agronômico do Paraná, em Londrina.

Somos forçados a justificar o nosso procedimento, e afirmar que não retiramos nenhuma das afirmações que pronunciamos ontem, nesta Tribuna.

Também não demos endereço certo às nossas palavras, pois não sabíamos a quem cabia a responsabilidade. Conhecemos V. Exa., sabemos que não agiu intencionalmente, procurando retardar a apreciação de um Projeto de grande importância, mas a verdade é que o referido Projeto teve a sua apreciação retardada. E isto nós preocupou e nós preocupá. Sabemos da necessidade que tem o Presidente do Poder, de viajar constantemente; mas entendemos também que existe o substituto legal. E em razão destas viagens, há necessidade de se encaminhar de pronto, de imediato pelo menos os Projetos de grande importância. Não vamos reprimir palavras, dizendo da importância de projeto algum. E em relação ao que afirmei, V. Exa. entendendo o fato de ter sido um problema focalizado da Tribuna desta Casa, não concordamos com o pronunciamento de V. Exa. Entendemos que representantes do povo nada têm a esconder. Devemos ter a dignidade, a honrabilidade no trato da coisa pública. Mas devemos ter também, nobre Deputado a coragem de nos pronunciarmos publicamente em temas delicados que possam envolver, até certo ponto, companheiros. Sempre lhe devotamos o máximo do respeito; continuamos da mesma forma a devotar-lhe. No entanto, nobre Deputado, creio estar em condições, neste instante, de discordar de V. Exa., de contrariar o seu pensamento e espero que compreenda também a minha posição. Numa Bateria de oposição com a responsabilidade de representar o Partido, temos nós que agir severamente em determinadas circunstâncias. Por esta razão, com a preocupação única de cumprir com nossa obrigação, de atender aos nossos objetivos, é que procedemos daquela forma, no dia de ontem. Aceitamos neste instante as explicações de V. Exa.; no entanto, não concordamos com a justificativa que, por motivo de viagem, Projeto de grande importância tenha ficado parado por 15 dias, correndo o risco, este Poder, de ver o seu desprestígio com o Projeto tornando-se lei, sem a apreciação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. Deputado Wilson Fortes, Presidente desta Casa, que requeira os 15 minutos que lhe são concedidos.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, requeiro mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Concedidos.

O Sr. Paulo Poli — (Pela ordem) Através do aparte que V. Exa. gentilmente me concede, devo dizer que não tenho proclamação para defender quem quer que seja, muito menos V. Exa. Apêças o Regimento Interno é expresso e flagrante: — "Somente ao Presidente, a quem nominalmente as Mensagens são dirigidas, compete, e não ao titular, não ao seu substituto, encaminhar as Mensagens para a Ordem do Dia".

Este aparte justifica a explicação que V. Exa. está dando e traz ao eminente Deputado da bancada oposicionista, o esclarecimento de que, infelizmente, na ausência de V. Exa. o Vice-Presidente desta Casa não tinha poderes legais de incluir na Ordem do Dia, uma Mensagem que havia sido dirigida nominalmente ao Presidente da Assembleia Legislativa.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço a explicação do Deputado Paulo Poli que, inicialmente, seria a mesma que iria dar ao brilhante Deputado Alvaro Dias.

Mas, nobre Deputado Alvaro Dias, tanto V. Exa., como o Deputado Antônio Belinati, e o Deputado Lázaro Drumond, representantes de uma das cidades que dignifica o Estado que é o município de Londrina; acredito que VV. Exas. se referem ao Projeto do Instituto Agronômico; ninguém mais do que eu, que além de homem público; sou engenheiro agrônomo, compreende a necessidade de se instalar o Instituto Agronômico no Estado do Paraná, desta feita em Londrina. Há muitos anos já se levantou nesta Casa, a necessidade da criação e instalação de um Instituto Agronômico que, vem já bastante atrasado. Disse que há quase duas semanas me encontrava ausente da Casa. Isto não quer dizer que a Mensagem ficou em meu Gabinete quinze dias, Sr. Deputado.

Seu hoje — nem no meu Gabinete passei ainda, vim direto para a Sessão — que chegou uma Mensagem do Sr. Governador e que sexta-feira chegaram três Mensagens ao meu Gabinete, não sei quais são.

Mas V. Exa., no Gabinete da Presidência da Casa, sempre foi tratado principemente. Não vejo razão por que não ter se dirigido, pelo menos pelo interfone, à Presidência para saber se por ventura a Mensagem estava lá.

Como se levanta o problema do desaparecimento de uma Mensagem, se uma Mensagem veio dirigida à Presidência da Casa e ninguém pergunta ao Presidente onde está a Mensagem?

V. Exa. tem o direito de ocupar a Tribuna pois V. Exa. foi eleito pelo povo.

O Sr. Alvaro Dias — Compreendo a preocupação de V. Exa. em justificar. No entanto, nobre Deputado, como afirmei ontem, não dei endereço certo às nossas palavras. Não sabíamos de quem era a responsabilidade. Procuramos saber com quem estava o Projeto de Lei. Ninguém sabia informar, nem mesmo os funcionários de seu Gabinete. V. Exa. afirma agora que chegou hoje a seu Gabinete a Mensagem. Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE — Hoje acabou de chegar uma Mensagem. Não sei que tipo de Mensagem. Sexta-feira chegaram três. Quero esclarecer que isto não quer dizer que a Mensagem à que V. Exa. se refere esteja há quinze dias no meu Gabinete. Poderia estar há seis, sete, oito dias. Poderia, após a Sessão, ao descer ao meu Gabinete, informar em que dia chegou lá.

O Sr. Alvaro Dias — Por isso, nobre Deputado, tivemos a preocupação de não cometer injustiças, não arremessando a quem quer que fosse a responsabilidade pelo ato do desaparecimento destas Mensagens. Houve a divulgação de seu envio ao Poder: O Deputado João Mansur afirmou ter encaminhado pessoalmente as referidas Mensagens há 15 dias atrás. Por isso estranhamos e lamentamos a ausência das mesmas nas Comissões Técnicas da Casa, em tramitação normal. Não fizemos nada mais nada menos do que nossa obrigação. Antes pedi à Presidência, à Mesa Executiva às providências para a localização da referida Mensagem que trata, realmente, de assunto de importância. V. Exa. reconhece — sei disto — a importância de um Instituto Agronômico para o Paraná. Mais uma vez repito. Sempre respeitei V. Exa. e continuarei respeitando, mas neste episódio alguém, nesta Casa, errou: Não digo que seja V. Exa. o responsável, mas alguém errou, está é a verdade.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte de V. Exa..

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Wilson Fortes, com o respeito que V. Exa., como Presidente deste Poder, merece, tanto que foi levado à Presidência do Poder Legislativo do Paraná com o apoio irrestrito de toda esta Casa, quero, neste instante, discordar de V. Exa. quando afirma que a minha presença na Tribuna foi intempestiva. Ocupi a Tribuna, Deputado Wilson Fortes, e as notas taquigráficas aí estão para confirmar, a denúncia que eu fazia naquele instante não tinha endereço certo. Se apenas menciono o nome do 1.º Secretário da Casa, naquela oportunidade o Deputado Domicílio Scaramella, foi porque a ele entreguei pessoalmente as Mensagens 8-72, 9-72, 10-72, 11-72, 12-72 e 13-72, Mensagens essas que foram entregues na sessão de 18 de abril de 1972 para que as mesmas fossem lidas e dado o conhecimento a esta Casa. E veja, nobre Deputado Wilson Fortes, como sempre procurei tratar os assuntos que me estão afetos com todo o respeito, porque conheço a tramitação das Mensagens que são enviadas pelo Executivo a este Poder, pelo menos tenho a obrigação de conhecer porque também já tive a honra de ocupar a Presidência do Poder Legislativo do Paraná. E quando fui portador das mensagens 1 — 2 — 4 — 5 — 6 e 7-72, antes que versei com V. Exa. e disse que era portador daquelas Mensagens e que versei com V. Exa. e disse que era portador daquelas Mensagens e que elas eram endereçadas a V. Exa., porque V. Exa. é o Presidente deste Poder, mas que pretendia divulgá-las aqui nesta Casa, para que o povo paranaense tomasse conhecimento imediato, dadas as circunstâncias que envolviam — como ninguém desconhece — aquele dia que precedeu a intervenção cirúrgica porque passou o Governador Pedro Parigot de Souza.

Então, coloquei V. Exa. a par, fiz a leitura das Mensagens da Tribuna, algumas Mensagens tiveram o encaminhamento normal, e muitas delas até já foram aprovadas. O que estranhei, nobre Deputado Wilson Fortes, e aí o motivo porque ocupi ontem a Tribuna, para salvaguardar a minha responsabilidade, porque a mim foram entregues as Mensagens, e entreguei-as ao 1.º Secretário de então, Deputado Domicílio Scaramella. E, ontem, para surpresa minha, o nobre Deputado Domicílio Scaramella esclareceu à Casa que ele foi impedido, até certo ponto, de proceder a leitura dessas Mensagens, porque elas deveriam passar pelo Protocolo.

Veja, nobre Deputado, que não me precipitei. Decorrido um mês do prazo, sendo cobrado, quase que diariamente, pelo Chefe do Poder Executivo, tomei a cautela ainda de requerer uma certidão do Protocolo desta Casa e não encontrei nenhuma dessas Mensagens protocoladas.

Então essa a razão de minha presença. Aí estão as notas taquigráficas para mostrar aquilo que afirmo. Procurei não responsabilizar V. Exa.. O que quero saber é o destino dessas Mensagens, a fim de que possa prestar contas ao Executivo que me confiou a remessa desses documentos.

E com relação à Mensagem que trata da criação do Instituto Agronô-



mico de Londrina, estamos sendo interpelados por muitos Deputados, inclusive o Deputado Alvaro Dias, que representa aquela região e tem interesse, porque já tive conhecimento de que o Banco Central da República está gestionando e pressionando no sentido de recolher os 10 bilhões que se encontram no Banco do Brasil para serem aplicados naquela obra, caso essa Mensagem não seja aprovada e transformada em lei. Apenas informei que essa Mensagem se encontra aqui na Casa. Não disse que ela se encontra no Gabinete de V. Exa., nas gavetas, ou nas Comissões, mas que se encontra no Poder Legislativo segundo o registro que tem o Poder Executivo, desde os primeiros dias do mês. E não sei, nobre Deputado, e reafirmo aqui, mais uma vez, no aparte que V. Exa. me concede, que se essa Mensagem, se esse plano de leis, de tanta importância para o Paraná, converter-se em lei sem que esta Casa tenha oportunidade de apreciá-lo, só nos resta um caminho — e reafirmo aquilo que já afirmei ontem dessa Tribuna — é fechar as portas desta Casa.

De modo que, em momento nenhum, enderecei qualquer crítica a V. Exa.. O que quero, quis e continuo querendo, é salvaguardar a minha responsabilidade como Líder do Governo e, mais do que isso, como portador que fui, pessoalmente, dessas Mensagens.

A informação que recebi foi de que essas Mensagens foram encaminhadas ao Protocolo. Lá não as encontrei. Agora V. Exa. vem, justificando sua ausência, e que nós concordamos plenamente; nós sabemos que no cumprimento da representação da Presidência do Poder Legislativo, V. Exa. ou outro qualquer Deputado que porventura venha a ocupar esse cargo, tem que se deslocar no atendimento a diversos compromissos, a que, jamais, o Presidente de um Poder pode fugir. Mas é preciso também que V. Exa. compreenda a minha posição, que nunca foi de atacar esse ou aquele companheiro, muito menos V. Exa., apenas de salvaguardar a minha responsabilidade e saber do paradeiro das Mensagens, a fim de que possa cumprir com minhas obrigações e prestar contas ao Chefe do Executivo. Era o aparte, e agradeço muito sua atenção.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado João Mansur, prestei a atenção devida ao aparte de V. Exa. e sempre me parabeno com V. Exa. pela maneira equilibrada com que vem conduzindo a Bancada do Governo nesta Casa. Apenas estranhei, porque nós que pertencemos ao mesmo Partido, eu que sou Presidente da Casa e V. Exa. que é o Líder do Governo e da Bancada e as Mensagens eram dirigidas ao Presidente da Casa, estranhei que V. Exa. não tenha indagado se porventura as Mensagens não estavam no gabinete da Presidência. Nós sempre mantivemos bom diálogo, poderia ter mandado um assessor ao meu gabinete e não ter levantado esse problema em Plenário. Apenas vejo, nesse assunto, o desejo de ofuscar o brilho deste Poder, que já está tão marginalizado no cenário nacional. Precisamos da união. É preciso que prevaleça aqui a altivez.

Vejam o caso do aumento do funcionalismo, essa Mensagem tão falada, do aumento do funcionalismo público do Estado. Tive, no dia 21 de janeiro, uma audiência com S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Nessa audiência, foi especial, tratei apenas desse assunto, porque estava, como o nobre Deputado, sendo assediado sobre o aumento do funcionalismo. Então, pedi a audiência a S. Exa. que me recebeu de imediato e tratei do assunto que ele, indagando, em janeiro, qual a intenção do Executivo com referência ao aumento do funcionalismo público. S. Exa. atendeu-me categoricamente, que no dia 1.º de março iria dar o aumento. Apenas ressaltou que, quanto a percentagem do aumento, havia nomeado uma Comissão para estudar o assunto e se o Governo Federal fosse dar um aumento, não seria o Governador do Paraná que iria fugir e muito menos ele, como Governador do Estado. E ele acataria o resultado que essa Comissão iria apresentar, que o aumento iria variar entre 20 e 22% e que ele estaria no Palácio Iguaçu para cumprir determinações superiores. Mas, realmente, não me atestou que iria dar 20 ou 22%.

Está aqui a nota oficial que distribui a imprensa: "Governador vai conceder aumento de vencimentos ao funcionalismo público civil e militar do Estado, a partir de março. Quem informa é o Deputado Wilson Fortes, que na manhã de ontem esteve reunido com o professor Parigot de Souza, no Palácio Iguaçu. Isso vem confirmar a notícia de que o Governador, em recente almoço com jornalistas e secretários, havia afirmado que a questão do aumento seria encaminhada normalmente".

No dia seguinte, no mesmo jornal, uma nova entrevista. Dia 23: "Governador Parigot de Souza confirmou em Londrina que o aumento ao funcionalismo estadual, que entrará em vigor em março, será de vinte por cento, como havia adiantado "O Estado" em sua edição de ontem. Em entrevista coletiva à imprensa, o Chefe do Executivo Estadual anunciou ainda uma série de medidas".

O SR. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Wilson Fortes, na ausência de V. Exa., pudemos relatar da Tribuna, o resultado a que a Comissão de Finanças chegou, após gestões junto ao Sr. Governador Pedro Parigot de Souza, tratando, ou melhor, tentando demover o Sr. Governador da sua ideia de conceder o abono de apenas 12%, em virtude da grande máfia que este abono causou ao funcionalismo público e como tópico principal, nós insistíamos na necessidade de se dar pelo menos 20% em função do pronunciamento que V. Exa. havia feito pela imprensa anunciando a disposição do Sr. Governador de dar este aumento, provavelmente, na ordem de 20% a partir do dia 15 de maio. Nós não estamos aqui para desacreditar da palavra de V. Exa. ou do Sr. Governador do Estado, mas a verdade é que está precisando ser esclarecida melhor esta parte relativa ao abono, porque na verdade, o funcionalismo já estava contando que o aumento seria de pelo menos 20%. Como dissemos não queremos por em dúvida a palavra, tanto de V. Exa. como do Sr. Governador, mas o problema ficou aí, com certa dúvida no ar, exatamente em função do grande destaque que a imprensa deu a respeito da disposição eventual do Governador de dar um aumento de 20% após, evidentemente, o encontro que V. Exa. teve no Palácio.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte de V. Exa. e reafirmo que o Governador adiantou que iria dar o aumento a partir de 1.º de maio. Na época não foi falado em abono. Nós falamos em aumento ao funcionalismo público.

Realmente S. Exa., o respeitável Governador Pedro Parigot de Souza, não disse que iria dar o aumento nem de 20 nem de 22%. Disse que estava aguardando o resultado de uma comissão que havia nomeado para estudar o assunto e que ele acreditava que iria dar, inclusive um quebrado. Estou repetindo as palavras do Sr. Governador. De 20 a 22%, mas ele não me adiantou que ia dar 20% de aumento. A conversa girou em torno de 20% de aumento e não se falou também em abono. Agora, de janeiro para abril, maio, com certeza S. Exa. o Sr. Governador, num estudo mais apurado, resolveu em vez de aumento, dar um abono de 12%. Aliás, abono este que somos contrários, haja visto que fizemos um apelo a S. Exa. o Sr. Go-

vernador e que foi apoiado por unanimidade nesta Casa, enviado ao Palácio do Governo e infelizmente, até o dia de hoje, nós não recebemos nenhuma resposta do Sr. Governador, quando nós esperávamos que isto ocorresse, detalhando as razões do Estado do Paraná não a acompanhar o Estado de São Paulo, a Capital do Estado do Paraná e outras cidades do interior, que deram aumento, inclusive de 27%. A minha cidade, minha e do Deputado Pinto Dias, de Paranavai, cujo Prefeito Municipal encontra-se nesta Casa neste instante, deu um aumento ao funcionalismo de mais de 20%, inclusive aos funcionários contratados pela CLT. O Paraná, com a pujança de Estado que é, sendo inclusive comentado por todo o Estado, somente no Governo passado já ia ser ou desejava ser o segundo Estado da Federação, não teve condições de dar ao seu funcionalismo um reajustamento correto. Talvez o Chefe do Poder Executivo possa esclarecer as razões de que nós não discordamos, do Tesouro não ter condições de suporte do aumento de 20%, mas nós, em tese, somos contrários a 12% e tenho a certeza que todos os Srs. Deputados o são. O que nós precisávamos era discutir o assunto com mais altivez e com mais dignidade. Isto é que é o importante. Deixarmos a subserviência de lado, ao invés de irmos a Palácio perguntar aos assessores do Sr. Governador do Estado como deseja o Executivo que se relate uma matéria. No dia seguinte após estrarmos com o nosso apelo, Deputado do nosso Partido comentara na Secretaria do Governo que o Presidente da Casa estava fazendo demagogia com apelo ao Governador, de 20%. Fizemos é um apelo respeitoso ao Sr. Governador do Estado que mereceu todo o respeito e toda a consideração do Estado. Estamos aqui para ajudar o Chefe do Executivo. Consideramos o Governador Pedro Parigot de Souza, realmente, um homem que está a altura de governar o Estado do Paraná e desejamos que isto ocorra, que realmente no final do seu Governo, ele possa apresentar a nossa gente uma grande obra de governo. Estamos aqui para colaborar com o Sr. Governador, com o Chefe do Poder Executivo, mas não podemos dizer "amem" a todas as Mensagens que aqui vêm. Não é desrespeito nenhum formar uma Comissão e discutir o problema com o Governador.

Não há desrespeito nenhum, bastaria que ele respondesse à Assembleia Legislativa as suas razões. Seria o suficiente.

Agora, nós somos contra os 12%, confesso, temos convicção do que estamos dizendo, mas, nós votaremos com os 12%. É preferível que o funcionalismo público receba 12%, do que nada!

O SR. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu quero discordar de V. Exa., quando V. Exa. diz que a Casa tem usado de subserviência ao Chefe do Poder Executivo. Pelo menos com relação à minha pessoa. Esta palavra não consta do meu dicionário. Aqui sempre votei conscientemente e contrário, muitas vezes, ao pensamento do Chefe do Poder Executivo, com relação a matérias administrativas.

Quando V. Exa. diz que nós votaremos favoravelmente ao abono de 12% — quero crer que V. Exa. não pode nem falar no singular, V. Exa. não pode, como Presidente não pode, então acho que V. Exa. está falando em nome da Casa. Eu não vou votar; não vou votar porque já esternei o meu pensamento sobre a matéria — acho um autêntico "conto do vigário" o que está se passando com o funcionalismo. Não vou pactuar dando o meu voto, embora o meu voto seja inexpressivo e até dispensável na votação da matéria, mas com o meu voto não se vai enganar, não se vai aplicar um "conto do vigário" ao funcionalismo público do Estado. Portanto quero que V. Exa. ressalve o meu nome, vou votar contrariamente à Mensagem do Sr. Governador, porque tenho absoluta certeza de que o Estado tem condições mais do que suficientes para dar, pelo menos, um aumento de 12%, não em forma de abono, mas, um aumento.

Admitimos que as condições do Tesouro não comportem, de imediato, aumento na ordem de 20 ou 22%, conforme teria Sua Excelência, o Sr. Governador, manifestado desejo de conceder ao funcionalismo do Estado. Vamos admitir até isto. Agora, o que não podemos admitir é que se dê um abono, nesta hora crucial em que vive o funcionalismo, com o novo salário-mínimo já decretado, já em vigor, com aumentos de toda natureza, porque quando vem u'a majoração salarial de ordem racional, como é o salário-mínimo, nós sabemos que todas as utilidades sobem em igualdade de proporções, apesar dos esforços do Governo Federal, o que não nos cansamos de louvar da Tribuna desta Casa, para conter a inflação, que é ainda na ordem de 20 a 22% anuais. Como é que se pode admitir que se dê ao funcionalismo, que também é gente, e aqui não estou fazendo demagogia, mas, repito, que também é gente, que tem família a alimentar, como se pode dar um salário que já é deteriorado antecipadamente, ao funcionalismo público do Paraná? Porque V. Exa. sabe muito bem que este abono incide unicamente sobre os vencimentos, e jamais sobre as outras vantagens que goza o funcionalismo.

Portanto, acho que o Governo não está agindo corretamente com o funcionalismo do Estado, repito mais uma vez. Talvez ele não tenha condições de dar o aumento de 20%, eu não conheço a situação financeira do Estado, a econômica sim, mas a financeira não, acredito, portanto, que o Governo não possa dar os 20%, mas, se pode dar os 12% em forma de abono, poderia dar então em forma de aumento.

O meu voto é contrário, vou votar contra, não vou pactuar com este verdadeiro descaso com que está se tratando ao funcionalismo, em matéria de vencimentos.

O SR. WILSON FORTES — Realmente V. Exa. é contra a Mensagem e votaria contra. Apenas, queremos afirmar aqui, que a Mensagem será aprovada pela maioria. Não é porque somos contrários à Mensagem, que somos contrários ao Governo. Quando analisamos, de sã consciência, uma atitude do Chefe do Poder Executivo e nossa consciência acusa no sentido negativo, devemos ter a prova e trazê-la de público. Temos colaborado com o Governador Parigot de Souza, desde o início do seu Governo e iremos colaborar até o seu último dia. Agora, não se pode levar a conta que se nós nos pronunciarmos contrários à mensagem de 12%, seja que estejamos pondo obstáculos, absolutamente não.

O SR. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que se faz injustiça ao Sr. Governador, quando se diz que S. Exa. não dialoga com os Srs. Deputados. Porque S. Exa. teve, inclusive, a iniciativa de fazer um convite aos Srs. Deputados para que com ele almassem e tivessem a oportunidade de debater naquela ocasião, onde tiveram oportunidade de dizer à S. Exa. que, cada vez que verificavam o processo de aumento do funcionalismo, os Deputados situacionistas sempre levavam umas vantagens muito grandes. Porque os Deputados situacionistas tinham a oportunidade, de neste diálogo, saber a situação do Estado, dos cofres públicos, até em quanto os cofres públicos poderiam ser onerados; enquanto que um Deputado da Oposição sempre tinha a primazia de poder gritar, de vir à Tribuna, de clamar por um aumento, de um aumento generoso, e S. Exa. compreendia perfeitamente o ponto de vista que nós argumentá-



vamos. E nesta ocasião, S. Exa. disse estar preocupado com a situação do funcionalismo. E disse mais, que sua intenção era a de dar, no momento, este abono e ainda tivera as seguintes palavras:

"O Paraná é um Estado rico com um Governo pobre".

Ele se referia à situação financeira do Estado. Então dizia que ele iria dar um abono e que já estava com um estudo planejado para que, de junho em diante, se desse um aumento substancial.

S. Exa. demonstrava inclusive preocupação de que era preferível que o funcionalismo público recebesse desde já, a partir de 1.º de maio, o abono, do que ficasse apenas aguardando um aumento melhor, que lhe fosse dado mais tarde. Então sentimos naquela ocasião, como sentiram os outros Srs. Deputados, que estavam em companhia deste parlamentar, que S. Exa. estava grandemente preocupado, e que se não dava o aumento como era de seu desejo dar já, a partir daquela ocasião, era porque não havia condições. S. Exa., que está com as rédeas do Governo, sabia que o Estado não tinha condições de arcar com aquilo, já que outros compromissos de obras e outros atendimentos, também reclamavam dos cofres públicos, este numerário.

O SR. WILSON FORTES: — Quero esclarecer, que quando falei em diálogo, eu me referi ao fato de que nós homens, Deputados ligados ao Governo, ao irmos dialogar com o Sr. Governador do Estado, sobre determinada matéria, que não fôssemos interpretados como estando em posição contrária ao Governo.

Acho que nós estamos aqui para isto, para dialogar, para discutir, para clarear a situação, principalmente num problema tão sério como é o caso do funcionalismo público.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com relação ao problema tão debatido, do aumento de vencimentos do funcionalismo público, quero esclarecer à Casa, que o Governador jamais negociou-se a dialogar com este Poder.

Haja visto que V. Exa. tem conhecimento, de que tão logo a Comissão de Constituição e Justiça recebeu a Mensagem, tivemos uma audiência e debatemos com o Secretário do Governo, quando lá ouvimos as ponderações, de um homem imediato ao Governador, as razões pelas quais o Governador não tinha condições de dar o aumento que tanto desejava, e que desejava dar ao funcionalismo; porque ele, também sensível aos problemas especialmente ao problema da classe do funcionalismo público, e agora quando este Projeto ou esta Mensagem, chega à Comissão de Finanças, lá estiveram os membros desta Comissão, dialogando com o próprio Governador do Estado, inclusive o ilustre membro da Bancada da Oposição que faz parte daquela Comissão e ouvira do próprio Governador do Estado as ponderações e as razões pelas quais S. Exa. não podia dar percentagem maior; mas nunca se negou e continua afirmando aquilo que S. Exa. afirmou com muita precisão, que esta Comissão continua estudando as possibilidades do Estado, a fim de que, dentro de pouco tempo, o Governador do Estado possa, incorporando este abono, dar o aumento desejado, ao funcionalismo público e eu vejo, nobre Deputado Wilson Fortes, que o abono foi uma conquista até do funcionalismo, porque foi uma antecipação de aumento porque o Governador poderia, se assim o quisesse, preocupar-se com o problema só no mês de agosto ou setembro, quando for completado um ano do último aumento concedido ao funcionalismo. Mas, o Governador, sensível ao problema, entendeu dar este abono de emergência, antecipando o aumento. De modo que o funcionalismo pode ficar descansado e esta Casa tranquila, que o Governador irá, na oportunidade, dar o aumento que o funcionalismo tanto merece, já que é a alavanca mestra do desenvolvimento deste Estado.

E eu irei gestonar junto ao Dr. Maurício Schulmann, Secretário da Fazenda, no sentido de que ele marque dia e hora para comparecer a Plenário, à convite da Assembléia Legislativa, não por convocação, mas a convite nosso, ele que é autoridade e entende do assunto, para que venha expor aos Senhores Deputados a situação financeira e econômica do nosso Estado. Porque o nobre Deputado Erondy Silvério, no aparte que deu a V. Exa., disse que desconhece a real situação financeira do Estado. Então, eu me proponho a transmitir um convite ao Sr. Secretário da Fazenda do nosso Estado e tenho certeza que ele aceitará e virá a esta Casa para dar aos Srs. Deputados e a todo o Paraná uma explicação sobre a situação financeira do nosso Estado. E pode estar certo, nobre Deputado Wilson Fortes, V. Exa. ao fazer o pronunciamento de apoio e de solidariedade ao Governador Parigot de Souza, está cumprindo com a sua obrigação de homem público e de paranaense, porque se trata realmente de um homem íntegro, voltado à causa pública, que deu a sua vida em favor do nosso Estado e da nossa gente.

O SR. WILSON FORTES — Reconhecendo toda a solidariedade do Governador Parigot de Souza, desde há muitos anos, quando nós o conhecemos, quando iniciamos a nossa vida pública na COPEL, e nós sempre estivemos dispostos a ajudá-lo em tudo que estiver dentro do limite do possível, para para que realmente ele possa fazer um grande Governo, durante a sua gestão.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa. falou em subserviência e com a sinceridade que nos caracteriza, queremos concordar com V. Exa. embora nem todos sejam subservientes neste Poder; muitas vezes, nesta Casa, têm sido subservientes e desnecessário se faz relatar acontecimentos anteriores para demonstrar a veracidade desta assertiva.

Com relação ao abono de 12%, embora na liderança da Bancada do MDB, não afirmo, ela será independente na votação desta Mensagem Governamental, dando abono de 12% ao funcionalismo do nosso Estado. Já me pronunciei a respeito, dizendo que votaria contrariamente. Como V. Exa. afirmou, esta Casa só não será incoerente se assim proceder e V. Exa. afirmava há minutos atrás que toda a Casa é contrária ao abono de apenas 12%. Só tomando atitude de coerência de hombridade, de masculinidade, este Poder conseguirá a sua valorização, pois se despersonaliza em cada ato desta natureza. Estes atos, estas atitudes, contribuem decididamente para despersonalização do Poder Legislativo. V. Exa. falou, e bastante, em colaborar com o Governo. Entendemos que a melhor forma de colaborar com o Governo não é concordar sempre, em todas as atitudes, mesmo erradas. A melhor forma é ser sincero, é ter coragem suficiente para dizer que está errado, em certas oportunidades. Deste modo, mais uma vez deixo claro meu voto contrário ao abono de 12%, porque não o considero um aumento e sim uma redução de salário.

O SR. WILSON FORTES — Encerrando, agradeço os apertes oferecidos e ainda no meu Gabinete, no dia de hoje, tomarei as providências para que as Mensagens que lá estejam tomem tramitação normal que têm tomado todas as Mensagens que por lá passam e que este Presidente recebe do Chefe do Executivo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em explicação pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrevi-me para falar em explicação pessoal, para referir-me a dois requerimentos votados hoje, nesta Casa, nesta sessão ordinária.

Quero esclarecer, em nome da minha Bancada, da Bancada do MDB, a presença do ilustre homem público Dr. Mário Faraco, digno Secretário de Justiça, o qual faz uma visita a esta Casa trazendo um expediente que muito nos interessa para as eleições que se avizinham a 15 de novembro.

Também ficamos tranquilos ao ouvir os esclarecimentos do ilustre Presidente Wilson Fortes, com respeito às Mensagens que tive a honra de receber das mãos do nobre Deputado João Mansur, líder do Governo, que com estes esclarecimentos irá amenizar os ânimos de nossa Casa.

Com referência ao requerimento que foi encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, com relação às eleições distritais, fomos derrotados em nosso requerimento, mas fica aqui o nosso pensamento. No entanto, a Assembléia, há dias passados teve a coragem de votar um requerimento de autoria do Deputado Paulo Poli, para a prorrogação de nossos mandatos. Tenho a impressão de que este requerimento é muito mais desnecessário e muito mais desinteressante do que o requerimento apelando a S. Exa. o Ministro da Justiça que, na primeira oportunidade, fossem incluídas no Estatuto Político ou na Nova Lei Eleitoral, eleições distritais para que, no futuro, não aconteça o que vem acontecendo na vida política quando os Governos que detêm o Poder e se habituam a fazer campanha sem favor de futuros representantes...

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a V. Exa. e lamento interrompê-lo, mas meu aparte é também para uma ressalva. Por motivos alheios à minha vontade tive de me afastar da sessão justamente na Ordem do Dia, quando se votavam os requerimentos, naquela tarde em que esta Casa apreciou o requerimento do Deputado Paulo Poli. Quero fazer uma ressalva que não votei favoravelmente àquele requerimento, nem votaria. Em primeiro lugar porque não temos o poder de prorrogar os mandatos conferidos a nós pelo povo e, em segundo lugar, porque estaríamos prorrogando o mandato do Presidente da República e, como o próprio Presidente Garrastazu Médici fez sentir àqueles que querem bajulá-lo prorrogando seu mandato, com o que não concordo absolutamente, S. Exa. foi eleito por prazo certo, todos conhecemos que a data de seu mandato é imutável e não admite S. Exa. que se toque no assunto. Portanto, não votaria porque o Sr. Presidente fez essa recomendação, mas porque meu pensamento é contra a prorrogação de mandatos.

E, desde já, quero me mostrar solidário ao requerimento de V. Exa. que, naturalmente, é uma sugestão para que se implante no País o voto distrital.

E apenas fazer sentir à Casa e ao povo do Paraná que, se estivesse na sessão, votaria contra o requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Erondy Silvério, e os esclarecimentos prestados por V. Exa. Não vou me alongar em virtude do adiantado da hora. Mas, futuramente, dentro de nossas possibilidades, continuarei a expor meu ponto de vista a respeito da prorrogação de nossos mandatos e dos mandatos dos Srs. Governadores e do Sr. Presidente da República. Nem sei se os Srs. Governadores e o Sr. Presidente da República têm direito à reeleição.

Quero lembrar que desde 46 militamos na política e já sofremos o bastão de governos de épocas passadas. E, nesta oportunidade, quero prestar uma homenagem a um homem público — não desfazendo os demais governadores deste Estado — a ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, homem que nunca desceu de seu pedestal, e que, quando foi Governador do Estado, não andou perambulando pelo Interior para prestigiar candidatos. Foi o único Governador que assim procedeu. Mas nós em todo o Interior, temos sofrido o bastão de governos. Já pertenci à área do Governo, mas aquele homem público a quem me referi foi o único que nunca desceu de seu pedestal. Há dias, nesta Casa, foi aprovado um requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, versando sobre prorrogação de mandatos. Dos mandatos do Sr. Presidente da República, dos Srs. Governadores, e direito à reeleição. Mas, reeleição quando? Se não há eleições diretas! Nós iremos votar em 3 de outubro de 1.974; estaremos representando o povo, mas por que dar direito à reeleição pela cúpula?

Agradeço aos Srs. Deputados pelos apertes que me ofereceram. E se falei acerca de três partidos, citei esses três partidos porque têm eles, no meu entender, uma ideologia política: o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual tive a honra de pertencer enquanto ele existiu.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficou registrado aqui o nosso ponto de vista favorável às eleições distritais, talvez não por nós que, hoje representamos o povo mas para aqueles que nos sucederem, porque teriam oportunidade de serem líderes em nossas regiões para representarem, realmente, o povo. Porque, atualmente, poucas regiões têm oportunidade de serem representadas.

Mas não vai aqui qualquer melindre por não ter sido aprovado o meu requerimento; ficou a semente.

E, ontem, estava com outro problema. Recebi do ilustre Deputado João Mansur diversas Mensagens, mas os Srs. Deputados não duvidaram de meu caráter, nem do caráter do Sr. Presidente Wilson Fortes. Agora o problema já ficou esclarecido. Saio tranquilo. Estava só esperando a presença de S. Exa. para esclarecer o assunto.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 246-70

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253-70

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256-70

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-71

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 247-70

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66-71

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 273-70

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91-71

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-72

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9-72  
Levanta-se a sessão.